CRISE DO ESTADO SOCIAL, OS NOVOS ARRANJOS DE TRABALHO E OS SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES

CRISIS OF THE SOCIAL STATE, THE NEW ARRANGEMENTS OF WORK AND THEIR IMPACTS ON THE HEALTH OF WORKERS

Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho¹

Bruno Manoel Viana de Araújo²

Moacir Barbosa Moraes³

RESUMO: O presente artigo versa sobre a crise do modelo de Estado Social como fator proporcionador do surgimento de novos arranjos de trabalho prejudiciais à saúde dos trabalhadores. Para trabalhar esta temática se fez necessário analisar conceitos de Estado Social e de crise, caracterizar contextos de produção marcados pela financeirização do capital e pelo surgimento de novos arranjos de trabalho estabelecendo conexões com doenças derivadas de relações laborais. Pela modalidade de pesquisa de revisão bibliográfica se fez uso da análise de títulos contidos predominantemente nas bases de dados Scielo, Capes e Bibliotecas Virtuais. A título de conclusão verificou-se a necessidade de encontrar novos horizontes protetivos para as relações laborais no aspecto da saúde do trabalhador conectado ao meio ambiente de trabalho.

¹ Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Corpo Permanente do Programa de Mestrado em Gestão Local e Desenvolvimento Sustentável da UPE. Professor do Curso de Direito do Campus Benfica/FCAP. Professor do Corpo Permanente do Mestrado Profissional em Direito, Mercado, Compliance e Segurança Humana da Faculdade CERS. Professor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco - ESMATRA 6. Membro do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho. Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho. Presidente da Academia Luso-Brasileira de Ciências Jurídicas - ALBCJ. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/PE. Líder Grupo de Pesquisa Direito e os Conflitos Oriundos da Pós-Modernidade - CNPq certificado pela UPE.

² Doutor em Direito Internacional - Universitat de València (Espanha) - Título validado pela Universidade Federal de Pernambuco; (Mestrado) Diplomado em Estudos Avançados (DEA) - Universitat de València (Espanha); Graduado em Direito - Faculdade de Direito de Olinda (2001); Advogado.

³ Mestrando em Gestão, Inovação e Consumo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Especialista pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Pós-Graduado em Docência em Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

Palavras-Chave: Capital. Estado. Saúde. Trabalho.

ABSTRACT: This article deals with the crisis of the Social State model as a factor that gives rise to new work arrangements that are detrimental to workers' health. In order to work on this subject, it was necessary to analyze concepts of social and crisis state, to characterize production contexts marked by the financialization of capital and the emergence of new work arrangements, establishing connections with diseases derived from labor relations. By the research modality of bibliographical revision was made use of the analysis of titles contained predominantly in the databases Scielo, Capes and Virtual Libraries. As a conclusion, it was verified the need to find new protective horizons for labor relations in the health aspect of the worker connected to the working environment.

Keywords: Capital. State. Health. Work.

Sumário: 1. Introdução; 2. Os pilares do estado social e o conceito de “crise” na perspectiva de Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni; 3. A financeirização do capital, a disrupção das relações de emprego de origem clássica e os novos arranjos de trabalho; 4. O ‘privilégio da servidão’ e seus impactos na saúde dos trabalhadores; 5. Conclusão; 6. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Implantado na primeira metade século XX por diversas nações do mundo, o modelo de Estado Social agregado à ideia de reconhecimento e positivação de direitos inerentes às relações de trabalho e seus reflexos, impulsionou o crescimento socioeconômico das grandes nações do mundo por décadas. Contudo, esse momento que chegou a ser visto como uma nova revolução industrial esvaiu-se em contextos de crises do capitalismo proporcionadas por fenômenos como a globalização e a evolução tecnológica (VICENTE, 2009, p. 129-140).

Esses fenômenos, que se acentuaram na segunda metade do século XX, proporcionaram mudanças radicais nas relações de trabalho, uma vez que o capital especulativo passou a ser o fator determinante no estabelecimento de demandas produtivas. Bolsas de valores e investimentos bancários passaram a determinar os caminhos das demandas de trabalho para o empresariado e para os próprios governos no que diz respeito ao incentivo à produção (COSTA, 2008, p. 14-15).

Nesse contexto, a produção em largas escalas decorrente da substituição do “homem pela máquina” acentuou a concorrência no mercado de trabalho, uma vez que boa parte da população não se adaptou à constante criação e diminuição de postos de trabalho derivadas do progresso tecnológico. Nesse cenário de crise, novos arranjos de trabalho precarizados ganharam destaque pois, a relação de emprego, que durante o Estado Social era moduladora das relações de trabalho, agora não consegue englobar sequer a metade no universo das relações de trabalho em sentido amplo (ANDRADE; D’ANGELO, 2016, p. 92-93)

A exploração abusiva da força de trabalho no interesse de superar a concorrência e obter cada vez mais lucros passou a proporcionar relações de trabalho mais precárias derivadas de contextos como o da terceirização, da informalidade ou de tantas novas modalidades de superexploração do trabalho. É nesse meio que, diante do desemprego estrutural, não restaram muitas opções para aqueles que buscam trabalho, a não ser a submissão a contextos de exploração abusivos, de modo que, em muitas situações ter um trabalho significa ser um ‘privilegiado(a)’ na sociedade (ANTUNES, 2018, p. 25-32).

O problema do trabalho em condições abusivas tem repercutido na saúde do trabalhador e tal questionamento ganha evidência ante a ausência de tutelas normativas para as novas e vulneráveis classes de trabalhadores. Esse desamparo, que obriga esses sujeitos a não adoecer para que possam continuar a sustentar as suas famílias ainda é agravado pelo fato de que o tempo e esforço empregados não serão suficientes para atender todas as suas necessidades diante da contínua desvalorização da força de trabalho (ANDRADE; BERNARDINO, 2015, p. 156-157).

A presente pesquisa, de modalidade bibliográfica, se desenvolveu, quanto à abordagem, de forma qualitativa, uma vez que se propôs a investigar as especificidades de um fenômeno (impactos dos novos arranjos de trabalho na saúde do trabalhador), sua razão de ser e possíveis formas de lidar com esse (HAGUETTE, 2013, p. 59). O método científico indutivo foi escolhido para que fosse possível colocar em observação os novos arranjos de trabalho decorrentes da crise do Estado

Social para criar hipóteses de interferência desses na saúde dos trabalhadores. Nesse panorama, a revisão de literatura se fez a partir de títulos contidos predominantemente nas bases de dados Scielo, Capes e Bibliotecas Virtuais.

Diante desse contexto metodológico, este trabalho apresenta por objetivo analisar a crise do Estado Social e seus reflexos nas relações de trabalho como fatores de interferência na saúde daqueles que figuram as relações de labor. Para desenvolver tal objetivo foi preciso apontar conceitos de Estado Social e de crise, caracterizar os novos contextos de produção marcados pela financeirização do capital e pelo surgimento de novos arranjos de trabalho e também estabelecer conexões entre as novas relações de trabalho ora mencionadas e os problemas de saúde decorrentes dessas.

2. OS PILARES DO ESTADO SOCIAL E O CONCEITO DE “CRISE” NA PERSPECTIVA DE ZYGMUNT BAUMAN E CARLO BORDONI

No presente tópico será analisado o conceito, os pilares de formação do Estado-Social e seu *status* na sociedade globalizada para construir o entendimento de *crise* sob a perspectiva dos sociólogos Zygmunt Bauman e Carlo Bordini.

O conceito de Estado vem sendo diferenciado em distintas épocas da história sendo destacáveis algumas definições clássicas que marcam os entendimentos atuais, seja atrelando o Estado à ideia de associação ou comunidade envolvendo uma instituição do governo, seja como uma dimensão da sociedade, abrangendo ou se opondo a outras dimensões sociais ou então como um aparato para o governo, para administração e coerção.

A ideia de Estado como associação está presente na literatura na obra de Georg Jellinek, o qual define o Estado, do ponto de vista social, como “[...] a unidade de associação (*Verbandseinheit*) dotada originariamente de poder de dominação e formada por homens assentados em um território.” (JELLINEK, 2000, p. 194).

A visão de Estado também pode ser entendida como uma esfera ou dimensão, que ora abrange, ora se opõe a outras esferas sociais. Nessa abordagem a relação de Estado com a sociedade civil torna-se significativa. Para Hegel, adepto a esse entendimento, o Estado não é governo nem sociedade, mas uma dimensão altamente abstrata de sociedade (HEGEL, 1977, p. 157).

A terceira perspectiva observa o Estado como um aparato governamental, administrativo e coercitivo dentro de uma dada sociedade, não sendo uma dimensão social abstrata, mas uma instituição concreta, separada do resto da sociedade. Essa noção é compartilhada pelo pensamento marxista clássico, em conceitos como o da "autonomia" do Estado ou o da "intervenção" do Estado (MARX, 1975, p. 90).

No que concerne aos seus pilares constitutivos, para José Joaquim Gomes Canotilho, a presença do povo e do território se faz fundamental em um contexto no qual o Estado é assumido como uma forma histórica de um ordenamento jurídico geral. Para o referido autor suas características ou elementos constitutivos estão atrelados à territorialidade, isto é, a existência de um território concebido como espaço da soberania estadual e a existência de um "povo" ou comunidade historicamente definida (CANOTILHO, 1993, p. 14).

Segundo Darcy Azambuja, nesse conceito, o povo é caracterizado pelo conjunto de pessoas que se unem com intuito organizacional e fiscalizador. "Povo é a população do Estado, considerada sob o aspecto puramente jurídico, é o grupo humano encarado na sua integração numa ordem estatal determinada, é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis [...]" (AZAMBUJA, 1997, p. 19).

O segundo elemento essencial à existência do Estado é o território, a base física, a porção do globo por ele ocupada, que serve de limite à sua jurisdição e lhe fornece recursos materiais: "O território é o *país* propriamente dito, e portanto *país* não se confunde com povo ou nação, e não é sinônimo de Estado, do qual constitui apenas um elemento." (AZAMBUJA, 1997, p. 19).

Ainda sobre os elementos constitutivos, a literatura constitucionalista também qualifica como válido um terceiro pilar constitutivo, que seria o governo que "[...] é o

exercício do poder supremo do Estado. Esse poder só poderia estar ou nas mãos de um só, ou da minoria, ou da maioria das pessoas.” (ARISTÓTELES, 1998, p. 105).

Também é possível analisar a ótica de que o governo deve se comportar como soberano, uma vez que “[...] a soberania é o atributo do poder estatal que confere a este poder o caráter de superioridade frente a outros núcleos de poder que atuam dentro do Estado, como as famílias e as empresas [...]” (PORTELA, 2015, p. 168-169).

Considerando os conceitos acima explanados, o arranjo político-jurídico que se convencionou chamar “Estado Social” ou “Estado de Bem-Estar Social”, surgido no transcurso da primeira metade do século XX e impulsionado após a Segunda Guerra Mundial, é o resultado do reconhecimento e da positivação dos direitos relativos às relações de produção e seus reflexos. A definição José Luis Bolzan de Moraes e Guilherme Valle Brum vem detalhar ainda mais as características desse modelo de Estado:

É aquele Estado no qual as pessoas, independentemente de sua situação social, ostentam direitos que devem ser protegidos por meio de prestações públicas (saúde, previdência, moradia, ou seja, os chamados direitos sociais, prestacionais por excelência). (BOLZAN DE MORAIS; BRUM, 2016, p. 109).

O Estado social teve suas principais propostas exemplificadas em documentos históricos como a declaração dos Direitos do Povo e do Trabalhador, na Revolução Russa de 1917, a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição Alemã de Weimar de 1919. Na fundamentação do Estado social, o economista John Maynard Keynes, defendia um Estado intervencionista, que não deveria controlar todos os meios de produção, mas apenas interferir com objetivo de garantir o pleno emprego, mencionando o referido autor que:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas [...] Eu entendo, portanto, que socialização algo ampla dos investimentos será o único meio para assegurar uma situação aproximada do pleno

emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada (KEYNES, 1988, p. 248).

Esse modelo de Estado, repleto de políticas sociais, desenvolvido por diversas nações no transcorrer do século XX, sofreu diversas críticas diante do processo de globalização definido por David Held como a “[...] ampliação, intensificação, aceleração e aumento do impacto da interconectabilidade do mundo.” (HELD, 2012, p. 39).

Luiz Gonzaga Belluzzo aponta que a já mencionada globalização marcou um processo de integração financeira acompanhada pela liberalização e desregulamentação dos sistemas monetários e bancários dos Estados, que passaram a expandir a capacidade de internacionalização do capital. Nesse sentido, trata que:

Na esteira do apoio decisivo do Estado, as corporações globais passaram a adotar padrões de governança agressivamente competitivos. Entre outros procedimentos, as empresas subordinaram seu desempenho econômico à “criação de valor” na esfera financeira, repercutindo a ampliação dos poderes dos acionistas (BELLUZZO, 2013, p. 168).

O sistema de produção capitalista tem sofrido com diversas crises que afetaram a eficiência do modelo de Estado Social sendo a globalização um dos fatores principais para tal ocorrência de crises econômicas na modernidade. Crise que foi definida metaforicamente pelo Sociólogo polonês Zygmunt Bauman como “[...] a época, o estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem ‘tradicional’, herdada e recebida; em que ‘ser’ significa um novo começo permanente.” (BAUMAN, 1997, p. 20).

O conceito de crise pode mesmo ser confundido metaforicamente com o de modernidade considerando que a ocorrência da própria modernidade é definida em seus contextos por crise intrínsecos. Contudo, em palavras mais objetivas, Alfredo Veiga-Neto descreve que a crise “[...] corresponde à distância entre aquilo que

pensamos e planejamos que venha a acontecer e aquilo que efetivamente acaba acontecendo.” (VEIGA-NETO, 2008, p. 143).

Hannah Arendt, quando trata dessa perspectiva conceitual do termo “crise”, informa que essa não deve ser entendida como algo por si mesmo negativo, uma vez que em sua etimologia, a palavra *crise* nas suas origens gregas não denotava um sentido negativo, mas sim uma tomada de posição, um julgamento ou decisão capaz de separar o verdadeiro do falso. No grego, *krisis*, *eo̓s* é tanto a faculdade de distinguir, separar, quanto debate ou disputa, o verbo do qual essa palavra deriva é *krínō* e denota a própria ação de julgar (para decidir melhor). A forma latina *crisis*, *is* passou a significar o momento de decisão cujo objetivo é a execução de uma mudança súbita no curso de um acontecimento, de uma ação, de uma doença, entre outras situações (ARENDT, 1997, p. 48).

Na perspectiva de Arendt, não existe um rastro de negatividade no conceito, pelo contrário, denota-se a força de escolher, julgar, discernir, debater. Assim, para Arendt, as crises, os momentos críticos, nos proporcionam a oportunidade de refletir, de modo a agir para tentarmos mudar o rumo dos acontecimentos tendo a crise, em si mesma, uma positividade que não devemos desperdiçar (ARENDT, 1997, 48-52).

Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni refletem a respeito modelo de Estado na contemporaneidade evidenciando a construção histórica persuasiva do discurso econômico do que se entende atualmente por crise. Ambos os autores entendem que a noção de crise utilizada atualmente está vinculada ao setor econômico, para indicar condição complexa para além da inflação e estagnação, contudo, suas raízes podem ser encontradas nos anos 2000, a partir das ondas de terrorismo, como o atentado às Torres Gêmeas, em 2001, se enfatizando que a noção simplesmente de relação com contexto econômico não deve ser a única (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 15).

Diante dessa contextualização entre fatores de globalização e superação do modelo de Estado Social, Bauman e Bordoni, entenderam que o conceito de crise de Estado está metaforicamente atrelado ao divórcio entre o poder e a política, ocasionada pela nova forma de organização do Capital no mundo, onde se retiram do Estado os

marcos regulatórios e limitadores da economia (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 31). Nesse conceito, por poder entende-se "[...] a capacidade de levar as coisas a cabo." (BAUMAN; BORDONI 2016, p. 32) e a política é "[...] a habilidade de decidir que coisas são necessárias e devem ser feitas [...]" (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 32).

Diante dessas conceituações e reflexões, se torna possível pensar na que a crise que envolve o Estado como nação e seu referencial sendo ocasionada pela desconfiança em suas instituições, de seu papel no mundo. Assim, os ditames de sua origem no contexto da contemporaneidade se devem a fatores decorrentes flexibilização da noção de soberania em prol do domínio do capital em sua forma de organização neoliberal decorrente do processo de globalização (TEODORO; LACERDA, 2018, p. 365-366).

Nesse contexto, se faz evidente e necessária a análise da importância do capital especulativo e sua influencia nas metamorfoses das relações de trabalho que foram e são fatores determinantes na contemporaneidade para a acentuação ou diminuição de crises econômico-sociais.

3. A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL, A DISRUPÇÃO DAS RELAÇÕES DE EMPREGO DE ORIGEM CLÁSSICA E OS NOVOS ARRANJOS DE TRABALHO

O capital produtivo, conceituado por Maurilio Lima Botelho como o complexo de recursos capazes de gerar riquezas e possibilitar a criação de oportunidades de trabalho além de renda para as pessoas de uma comunidade modulou, durante boa parte do século XX, as relações de trabalho se ligando à produção de mais-valia sendo vinculado a um contexto de construção do mercado financeiro (BOTELHO, 2014, p. 72).

Contudo, diante do fenômeno da globalização proporcionador da alta complexidade econômica e intensificador de políticas econômicas neoliberais pelas máquinas estatais, se fez considerável a influência do sistema bancário na economia e

no progresso social de uma nação e a importância da influência do capital financeiro na economia se tornou fator de relevância social. Nesse contexto, Rudolf Hilferding definiu capital financeiro:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro (HILFERDING, 1985, p. 219).

Ainda no que concerne à conceituação, para o economista inglês John Atkinson Hobson, o capital financeiro surge a partir da constituição de uma solidariedade de interesses financeiros da comunidade de negócios, que articula o capital industrial e o capital bancário, sem, contudo, haver, necessariamente, uma fusão/integração orgânica (HOBSON, 1996, p. 14-15).

Dentro do contexto em que o capital financeiro passou a se impor ao capital produtivo, a globalização integrada ao capitalismo constituiu um estágio de dominação internacional da lógica especulativa sobre a produção, o que levou à consequente aumento exagerado da concorrência entre os grandes capitais produtivos na esfera internacional (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 300).

Foi na esfera financeira que o capital adquiriu a maior mobilidade e passou a ser um dos objetos de valorização, existindo uma constante busca pelo lucro, que, por sua vez, tem sua origem no setor produtivo. Nesse sentido, a esfera especulativa do capital financeiro ganha força em um contexto que essa “[...] não produz mais-valia e não favorece nem contribui para a sua produção [...]” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 301). Contudo, os ganhos obtidos pelo capital especulativo ocorrem na esfera financeira e interferem no contexto de utilização do capital produtivo.

A devida utilização do capital especulativo não garante níveis de crescimento econômico aceitáveis, uma vez que não tem compromisso com a geração de emprego e renda. Nesse meio, a busca por uma rápida valorização do capital pelos agentes pode

gerar uma instabilidade no sistema de modo a proporcionar crises econômica. Essa é a conclusão de Edimilson Costa:

A dominância da esfera financeira sobre o conjunto da economia impôs à sociedade um enorme sacrifício e elevou potencialmente o risco estrutural do sistema, tendo em vista que a atividade financeira passou a movimentar uma quantidade recursos muitas vezes maior do que economia real (COSTA, 2008, p. 14).

O capital especulativo ora em estudo, pode afetar a atividade produtiva através de fatores como mudanças na disponibilidade do crédito à pessoa física e da pessoa jurídica, que reduzem o consumo e prejudicam a sustentabilidade das posições patrimoniais das empresas. Também pode interferir nas aquisições/fusões com fins especulativos que podem desarticular grupos econômicos, enfraquecendo encadeamentos produtivos/tecnológicos importantes para alavancar a competitividade e ainda é destacável o possibilidade do capital especulativo intervir na já mencionada fragilidade financeira dos governos, que compromete sua capacidade de promover atividades produtivas de suas economias (OLIVEIRA; DA SILVA, 2016, p. 51).

Países em desenvolvimento, que são dependentes de capital externo para fechar suas contas tendem a financiar o saldo da conta corrente via capital especulativo e são mais sensíveis a crises. Diante de uma crise interna ou externa, esse tipo de capital tende a buscar segurança se direcionando para economias com baixo risco, ou seja, mais estáveis, e, na tentativa de evitar uma fuga mais acentuada, a economia doméstica eleva suas taxas de juros no mercado de produção aumentando os efeitos já mencionados (OLIVEIRA; DA SILVA, 2016, p. 51).

A fase atual de globalização no capitalismo constitui-se no predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva e do consequente aumento da concorrência entre os grandes capitais produtivos que operam no âmbito internacional. Nesse contexto, o avanço tecnológico tem sido um fator decisivo proporcionando impactos sobre o processo produtivo como o aumento da produtividade do trabalho, a

diminuição do trabalho vivo direto e necessário e a promoção da ciência como a principal força produtiva. Agenor Manoel de Carvalho detalha a referida situação:

A economia globalizada exige mão de obra especializada, isso porque a produção não está mais baseada no grande número de trabalhadores, mas em sua capacidade de operar sistemas informatizados. A empresa, dessa forma, com menos trabalhadores, pode produzir um volume maior de mercadorias. Em geral, esses produtos são mais baratos, pois dependem menos de mão de obra e mais de maquinaria (MANOEL DE CARVALHO, 2010, p. 169).

A aceleração tecnológica trouxe uma produtividade em escala amplamente superior às necessidades da população mundial e nesse cenário ocorreu um processo de substituição do humano pelas máquinas retirando o trabalhador de certo modo do mundo do trabalho conhecido por ele para uma nova realidade de produção.

O trabalho no ambiente de inovações do século XXI não perdeu a sua centralidade de categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade capitalista, mas ocorreram mudanças drásticas nos modelos de produção, seja a partir da diminuição dos trabalhadores com vínculo formal de emprego, ou mesmo a partir da criação de novas modalidades de trabalho (ANTUNES, 2018, p. 53-58).

Nesse contexto, a tendência de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal migrarem para o empreendedorismo, trabalho informal, trabalho livre, domiciliar ou mesmo para um grupo de desempregados, se fez notável ante um novo contexto de exploração do trabalho que apareceu em que o trabalho subordinado assalariado com carteira assinada vem perdendo espaço (VASAPOLLO, 2005, p. 10).

Se o proletariado tradicional foi forjado no seio do desenvolvimento da sociedade capitalista industrial com a característica essencial de compartilhamento das mesmas condições de vida e de um conjunto de valores e de rotina entre si, o ‘precariado’ passa a ser disperso: nada é comum a essa massa. Nesse novo contexto de relações de trabalho o precariado passa a ter como característica o fato dos indivíduos no mudo do trabalho guardarem condições distintas de vida, e, diante da diminuição da taxa de sindicalização e de manutenção de uma identidade coletiva, as pessoas

passaram a se ver como indivíduos, não como companheiros de classe sendo diminuída a força das lutas coletivas (STANDING, 2013, 15-25).

Some-se a esse fato que os trabalhadores informais e aqueles vinculados ao desemprego estrutural constituem uma maioria que se encontra à margem das lutas coletivas na perspectiva obreirista, e consequentemente dificultam a difusão da ideia de solidariedade entre trabalhadores em seu amplo sentido.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório divulgado em 2019, com dados de todo o ano de 2018, se identificou que aproximadamente 61% das pessoas que compõem a força de trabalho mundial atuam de maneira informal. Para essa pesquisa, são cerca de dois bilhões de pessoas trabalhando na informalidade do total de aproximadamente 3,3 bilhões empregadas em todo o mundo (OIT, 2019).

O levantamento da OIT mostrou ainda que entre as pessoas que estão trabalhando, mais da metade (52%) são assalariadas, enquanto 34% atuam por conta própria. Outros 11% ajudam em trabalhos familiares, e apenas 3% estão na categoria ‘empregadores’. As pessoas que atuam por conta própria são em sua maioria os informais, correspondendo a 85% do total de trabalhadores nessa condição. Já entre os assalariados, são cerca de 40% no mercado informal (OIT, 2019).⁴

No exemplo do Brasil, ainda sob a perspectiva estatística, outro fato que comprova que a relação de emprego não mais predomina em termos de quantidade no mercado de trabalho se faz pela informação de que no trimestre de novembro de 2018 a janeiro de 2019, apenas 32,9 milhões de pessoas da população economicamente ativa do setor privado se encontrava com carteira assinada. Ainda sobre a referida estatística, existem no Brasil aproximadamente 11,3 milhões dos trabalhadores que vivenciam uma relação jurídica de emprego de forma clandestina e que em relação aos domésticos, 6,2 milhões de pessoas ocupam esse espaço, sem que o referido instituto

⁴ Para o presente trabalho, foi admitido que o conceito de trabalhadores informais engloba tanto aqueles que desenvolvem trabalho autônomo, quanto os que se encontram em uma relação clandestina de emprego.

anunciasse o percentual com CTPS e o percentual dos que se encontram na clandestinidade. Informou ainda o instituto que 11,5 milhões são servidores públicos, 4,5 milhões são e que 23,9 milhões de trabalhadores por conta própria (IBGE, 2019).

As mencionadas estatísticas demonstram que a relação de emprego formal não é mais o único centro das relações de trabalho. As metamorfoses do mundo do trabalho proporcionadas pelo sistema de produção capitalista e pela predominância do capital especulativo são fatores que proporcionam um contexto de superexploração da força de trabalho e, em meio a um cenário de alta concorrência e de incerteza no mercado de trabalho, estar em um trabalho fixo com estabilidade se tornou um privilégio cada vez mais difícil de alcançar para o trabalhador.

4. O ‘PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO’ E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES

No final do século XX, com a internacionalização de mercados, o aumento da competitividade e o avanço tecnológico proporcionaram novos desenhos organizacionais principiados pelas mudanças nas relações de trabalho. Essas metamorfoses advindas da globalização e do contexto de importância do capital especulativo se deram com a crise do sistema taylorista-fordista que proporcionou a necessidade de transição para um novo formato estrutural de produção empresarial flexível no que concerne à mão-de-obra produtiva (MANDARINI; ALVES; STICCA, 2016, p. 144).

Novas formas de organizar a produção e os próprios trabalhadores tem constituído uma alternativa para que as organizações se adaptem às modificações no cenário mundial. Nesse meio, se nota como latente a necessidade de atingir altos níveis de competitividade, a imposição da redução de custos em consequência da maior liberalização comercial e adequação às mudanças tecnológicas (LIMA, 2010, p. 17-18).

Esse contexto, que criou a já mencionada classe do ‘precarizado’ (STANDING, 2010, p. 15-25) tende a ser cada vez mais dominante na contemporaneidade, uma vez que a lógica de mudanças intrínseca ao capitalismo destacará a concorrência no mercado de trabalho criando mecanismos adaptativos para auferição de lucros nas atividades laborais. Nesse sentido, fenômenos como a uberização, walmartização, intermitência e a pejetização tem se tornado cada vez mais comuns ante as novas necessidades da classe empresarial (ANTUNES, 2018, p. 59).

Nos novos modelos de produção contemporâneos é comum a utilização de práticas como a da ampliação das responsabilidades dos trabalhadores, aumento do grau de envolvimento e o incentivo às formas alternativas de contratação como a terceirização, o contrato temporário ou eventual ou em tempo parcial. Também são exemplos dessa dinâmica laboral, a rotação de funcionários e o aumento das funções exercidas por um mesmo trabalhador que também necessita estar em um contínuo processo de adaptação à evolução tecnológica. Nesse sentido, detalha Ricardo Antunes que:

[...] por um lado, os trabalhadores pertencentes ao núcleo que atua com o maquinário avançado, dotado de maior tecnologia, encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo das suas atividades, expressas não só pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas por multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada ao aumento da produtividade. Por outro, uma parcela da classe trabalhadora numericamente superior, passa a experimentar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho em ambientes que articulam menor desenvolvimento tecnológico e jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade (ANTUNES, 2018, p. 140).

Nesse contexto, não existem limites para a precarização, apenas formas diversas de manifestá-la e essa cadeia produtiva está conectada desde o trabalho terceirizado, ‘quarteirizado’ e muitas vezes realizado na casa dos próprios trabalhadores. Nesse meio o tempo passou a ser fator cada vez mais determinante não só condição de trabalho, mas em toda a produção (ANTUNES, 2018, p. 142).

A submissão à contextos de exploração abusiva não é uma alternativa para aquele que busca trabalhar na atualidade, em boa parte dos casos é a única opção. As novas classes laborais acompanham o crescimento de uma realidade na qual se visualiza cada vez mais o desemprego estrutural e a dificuldade em encontrar funções disponíveis para tentar obter o ‘privilegio da servidão’ no mercado de trabalho (ANTUNES, 2018, p. 26-32).

O contexto de flexibilização com novos modelos de relações de trabalho contribui para a maior incidência do processo de adoecimento e a progressiva diminuição ou ausência do mínimo de controle dos trabalhadores em seus ambientes de labor. Esse processo constitui risco real para o desenvolvimento de diferentes formas de adoecimento que se desdobram em frequentes problemas osteoarticulares, distúrbios gastrintestinais, alterações cardiovasculares, distúrbios de saúde mental e acidentes de trabalho (SATO, 2003, p.41).

Dentre os modelos mais emblemáticos de superexploração do trabalho na contemporaneidade está a terceirização que, desde o final do século XX vem se convertendo em instrumento central das estratégias de gestão corporativa. Ao proporcionar relações interempresariais, a terceirização viabilizou a maior flexibilidade das relações de trabalho, impondo aos trabalhadores contratos por tempo determinado que se adaptem ao ritmo produtivo das empresas contratantes auxiliando na desestruturação da classe trabalhadora, uma vez que fatores como convivência e estabilidade não mais se fazem presentes na relação de trabalho (LOURENÇO, 2015, p. 472).

No geral os trabalhadores terceirizados de uma empresa são aqueles que não têm segurança, seja porque trabalham em péssimas condições, seja porque as empresas terceirizadas abrem e fecham com muita facilidade, dificultando qualquer garantia trabalhista e perspectiva funcional. Nesse tipo de situação, o trabalhador fica vulnerável por ser um trabalho rotativo, e, se o trabalhador presta serviço por um curto período, não há tempo hábil para questionar a organização ou mesmo adaptar-se a

ambientes diferenciados em curtos espaços de tempo inviabilizando a experiência profissional e por vezes a adaptação física (LOURENÇO, 2015, p. 461-464).

Essa tendência de trabalho terceirizado precarizado cresceu em muitos setores da indústria, dos serviços, da agricultura, entre outros, e as diferenças se acentuam nos níveis salariais, nas jornadas mais prolongadas, na intensidade do trabalho, na maior rotatividade, nas condições de insegurança e insalubridade sendo fatores que consequentemente afetam nos acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 169-171).

Outra modalidade de trabalho que cresce e tem causado danos consideráveis à saúde da classe trabalhadora é o trabalho informal, definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma relação laboral que não está em conformidade com o pagamento de impostos e não é coberta pela segurança social, carecendo de benefícios trabalhistas (OIT, 2013).

A relevância do trabalho informal se enfatiza pelo fato de que, já no ano de 2013 cerca de 127 milhões de pessoas trabalhavam em condições de informalidade na América Latina (OIT, 2013). A informalidade, fator chave para aumento de desigualdades sociais, é marcada pela precariedade das condições de trabalho e de vida, assim como pela negação dos princípios mais elementares de cidadania e pela perpetuação de ciclos de pobreza uma vez que ela prejudica a geração de renda para o trabalhador (COSTA, 2010, p. 171-174).

Nesse meio de destaque aos estratos sociais das classes laborais, se faz evidente a influencia de formas precarizadas de trabalho nos diferenciais de exposição e vulnerabilidade aos riscos de danos à saúde sob a forma de doenças ou acidentes e consequentemente no estado de saúde das populações. Desse modo os trabalhadores informais, se encontram em uma posição social menos favorável, uma vez que, geralmente compartilham características similares de inserção ocupacional, assim como do prestígio social e da riqueza, representado respetivamente por escolaridade e renda, de modo a serem situados sempre em situação de vulnerabilidade (SOBRAL; FREITAS, 2010, p. 35-38).

As pessoas submetidas ao trabalho informal em muitos casos estão em condições de trabalho insalubres, baixas remunerações, extensas jornadas de trabalho, desencadeando morbilidades de natureza física e mental. Este tipo de situação é global, uma vez que, na América Latina, Índia, China Honduras ou nos EUA, frequentemente o trabalho torna-se a ocupação que ocupa o maior tempo da vida diária do trabalhador informal podendo alcançar 16 horas numa única jornada (ANDRADE; BERNARDINO, 2015, p. 156).

Neste contexto, é importante destacar que o trabalhador informal, por não possuir amparo legal, não está incluído em programas que visam à promoção e a preservação da saúde por meio da detecção precoce de problemas de saúde relacionados com o trabalho ou de doenças profissionais (ANDRADE; BERNARDINO, 2015, p. 156-157).

Em termos de proteção internacional a Convenção nº 187 da OIT representa um marco promocional para a segurança e a saúde no trabalho uma vez que promove a uniformização internacional da legislação laboral, incluindo um patamar mínimo universal de proteção laboral para assegurar um meio ambiente do trabalho seguro e saudável (OIT, 2016). A OIT também destaca a importância frequente da participação da Organização Mundial de Saúde (OMS) nessa busca a partir de programas desenvolvidos uma vez que a saúde do trabalhador e a saúde ocupacional são pré-requisitos cruciais para a produtividade e são de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável (ILO, 2016, p. 17).

O fato das legislações atuais e as políticas governamentais das grandes nações serem adaptadas com foco no modelo de trabalho formal regido pela relação de emprego se torna um problema no sentido de que essas não mais se encontram alinhadas aos arranjos de trabalho disseminados na contemporaneidade. Existe um descompasso entre a realidade do mundo do trabalho com sua regulamentação e estabelecer regulamentações mínimas de direitos trabalhistas que resguardecem esse novo complexo de relações de trabalho é grande desafio dos governos e organismos internacionais (AZEVEDO; TONELLI, 2014, p. 215).

Além disso, os atuais e futuros desafios são os problemas de saúde ocupacional ligados com as novas tecnologias de informação e automação, novas substâncias químicas e energias físicas, riscos de saúde associados a biotecnologias, transferência de tecnologias perigosas, envelhecimento da população trabalhadora e problemas especiais dos grupos vulneráveis derivados de doenças crônicas e de deficiências físicas (ILO, 2016, p. 17-18). Nesse meio é possível e preciso entender que os rumos das relações de trabalho e a ocorrência de novas doenças ocupacionais de várias origens serão determinados a partir de tomadas de decisões influenciadas pela financeirização do capital, pela concorrência do mercado e pelo progresso tecnológico que atinge todas as relações de trabalho.

Diante desse contexto, ausências de normas protetivas e ambientes de flexibilização das relações de trabalho que proporcionam o surgimento de “escravos modernos” são marcos determinativos nos déficits de saúde dos trabalhadores que se encontram a mercê da sorte e dos rumos do mercado de trabalho em constante adaptação ao sistema de produção capitalista.

5. CONCLUSÃO

No decorrer das últimas décadas, as relações de trabalho tem sido objeto de intensas transformações, seja no contexto dos ambientes de trabalho, seja no que concerne aos novos modelos e ao surgimento de novos arranjos de trabalho. Tal cenário deriva da financeirização do capital e de políticas estatais específicas que buscam conter crises no sistema de produção capitalista, uma vez que o modelo de Estado Social não mais tem sido exemplo de progresso econômico.

O contexto de ruptura do predomínio do capital produtivo para o capital financeiro-especulativo como fator determinante no traçar dos rumos das relações de trabalho trouxe inseguranças para boa parte dos que figuram relações laborais, uma vez que a complexidade e a imprevisibilidade do mercado financeiro se tornaram obstáculos e fatores de aumento ou diminuição de postos de trabalho.

Esses novos parâmetros de mercado proporcionam o crescimento de relações de trabalho precárias em termos de estabilidade e de ambiente de trabalho, uma vez que o aumento de produção e a busca pela superação da concorrência se ampliam constantemente. Conforme a relação de emprego deixa de ser o principal espelho da economia, crescem os novos arranjos de trabalho exemplificados nos modelos de trabalho informal, livre, domiciliar ou mesmo na terceirização.

Essas formas de labor desvalorizam a mão-de-obra produtiva e dão margem para a causa de prejuízos constantes à saúde dos trabalhadores, uma vez que não existem instrumentos normativos ou mesmo políticas públicas de tutela para esses novos contextos de trabalho. A saúde do trabalhador precisa ser enfatizada não somente no âmbito das relações de emprego, mas sim em todo o rol de novos arranjos de trabalho que no século XXI passaram a se ampliar em termos de quantidade de trabalhadores.

Diante desse cenário, a saúde daqueles que figuram uma relação de trabalho nos novos moldes exploratórios está em constante risco, uma vez que ambientes de trabalho insalubres ou perigosos e jornadas exaustivas são marcas da ausência de tutelas governamentais seja nos âmbitos nacionais ou no plano internacional. Tal preceito se justifica pelo caráter de vulnerabilidade social dessas novas classes de trabalhadores que já perfazem mais da metade das relações de trabalho no mundo.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marilda; BERNARDINO, Débora Cristina de Almeida Mariano. O Trabalho Informal e as Repercussões para a Saúde do Trabalhador: Uma Revisão Integrativa. **Revista de Enfermagem Referência**, série IV, n. 7, out./nov./dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14049>. Acesso em: 15 maio 2019.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. Direito do Trabalho e teoria social crítica: um diálogo indispensável entre este campo do direito e os demais saberes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 1, jan./abr., 2016. Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/49-314-1-pb.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: editora Boitempo, 2018.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva. 1997.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do estado**. 36 ed. São Paulo: Globo, 1997,

AZEVEDO, Marcia Carvalho de.; TONELLI, Maria José. Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros. **Revista de administração da Mackenzie**. São Paulo, ano 15, n. 3, Edição Especial, maio/jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n3/a09v15n3.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BELLUZZO, L. G. M. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; BRUM, Guilherme Valle. Estado Social, legitimidade democrática e o controle de políticas públicas pelo Supremo Tribunal Federal. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, ano 16, n. 63, pp. 107-136, jan./mar, 2016. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/45>. Acesso em: 15 maio 2019.

BORNHEIM, Gerd. Crise da ideia de crise. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOTELHO. Maurilio Lima. Teoria da Crise em David Harvey. **Revista Continentes (UFRRJ)**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, pp. 66-111, 2014.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 6 ed. rev. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 264-304, 1999.

COSTA, Edimilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Marcia da Silva. Trabalho informal: Um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 58, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000100011>. Acesso em: 15 maio 2019.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HEGEL, G.W.F. **Phylosophy of right**. New York, Oxford University Press, 1977.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HELD, David. **Cosmopolitismo. Ideales y realidades**. Trad. Dimitri Fernández Bobrovski. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, John Atkinson. **A Evolução do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. 2019. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=149. Acesso em: 15 de maio de 2019.

INTERNATIONAL LABOUR FORCE (ILO). **Workplace stress: a collective challenge**. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_466547.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

JELLINEK, G. **Teoría general del Estado**. México: Fondo Económico de Cultura, 2000.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Trad. Mário R. Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIMA, J. C. A terceirização e os trabalhadores: Revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, ed. 1, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p17-26>. Acesso em: 16 maio 2019.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 123, pp. 447-475, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.032>. Acesso em: 17 maio 2019.

MANDARINI, Marina Bernardo; ALVES, Amanda Martins; STICCA, Marina Greggi. Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 2, abr./jun., 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v16n2/v16n2a04.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

MANOEL DE CARVALHO, Agenor. O impacto da tecnologia no mercado de trabalho e as mudanças no ambiente de produção. **Revista Evidência**. Araxá, n. 6, pp. 153-172, 2010. Disponível em: <https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/viewFile/215/201>. Acesso em: 14 maio 2019.

MARX, Karl. **Critique to Hegel's doctrine of the State**. Early Writings. New York, Vintage, 1975.

OLIVEIRA, Larissa Regina Arruda de; DA SILVA, Jose Alderir. A desindustrialização e o capital especulativo na economia brasileira. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 44, n. 2, pp. 45-60, 2016. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3715>. Acesso em: 21 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção OIT 187**. Convenção sobre o quadro promocional para a segurança e saúde no trabalho. Organização Internacional do Trabalho; 2006. Disponível em: http://www.gso.org.br/files/file_id266.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo – Tendencias 2019**. 2019. Disponível em: https://admin.cut.org.br/system/uploads/ck/CUT_Brasil/Relat%C3%B3rio%20OIT%20-%20informalidade.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Oficina Regional de la OIT para América Latina y el Caribe**. En américa latina y el caribe hay 127 millones trabajadores em la informalidad. Lima, Perú: Autor, 2013.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado**. Bahia: Editora JusPodivm, 2015.

SATO, Leny. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOBRAL, A; FREITAS, C. M. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 1, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010412902010000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2019.

STANDING, G. S. **O precariado: a nova classe perigosa**. Autêntica Editora. 2013.

TEODORO, Maria Cecília Máximo; LACERDA; Gustavo Marcel Filgueiras. Faces da crise contemporânea: uma leitura da obra estado de Crise de Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni. **Revista Sapere Aude**. Belo Horizonte, v. 9, n. 17, jan./jun. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da Modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Revista Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, n. 7, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000118&pid=S0104-4060201400040001700013&lng=pt. Acesso em: 20 maio 2019.

VASAPOLLO, Luciano, **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

VICENTE, MM. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Data da submissão: 26/06/2019

Data da primeira avaliação: 01/08/2020

Data da segunda avaliação: 12/08/2020

Data da aprovação: 12/08/2020